

CAPÍTULO 3

3.1 – AGROVILA E MODO DE VIDA: A MEDIAÇÃO DO ESTADO

A princípio os assentados do Assentamento Carlos Lamarca residiam numa agrovila provisória até que fossem tomadas decisões institucionais (formas de produção, organização e moradias) pelos órgãos competentes tais como, INCRA, ITESP vinculados ao Estado, bem como o MST e a CONCRAB, representantes diretos dos interesses dos trabalhadores sem-terra.

Em amplas discussões e Assembléias, que tinham como principal pano de fundo, a organização das Moradias, a emblemática apresentou duas vertentes; a primeira, legitimada pelo INCRA, seria cada assentado morar no seu próprio lote. A segunda, idealizada pela CONCRAB, seria que todos os assentados fossem morar em uma agrovila, que teria uma área social de 8,2 ha, junto à Sede da fazenda, sendo que a mesma ficaria com uma área de 12,2 ha, conforme nos apontou o trabalho de URUSHIMA (1999).

A decisão foi legitimada pelo INCRA, configurando-se pela moradia individual em cada lote, A demarcação dos lotes ocorreu em fevereiro de 2001, totalizando 48 lotes, sendo 01 destinado à sede, como área comum a todo o assentamento, qual possui uma área de 920. 46 hectares e abriga atualmente 47 famílias.

Entretanto, essa posição contrariou os interesses coletivos da CONCRAB, que visava estabelecer uma relação de afinidade e parentesco como política territorial dentro do assentamento, fatores esses, determinantes para as demais políticas de cooperação⁴⁴, tais ações sinalizam de antemão para um jogo de forças no âmbito da apropriação do espaço, que não deixa de ser uma relação de poder, conforme ressalta Raffestin (1993).

Segundo relato da assentada e militante Rosa Maria da Silva:

⁴⁴ Ver anexo II – modelos de croquis, que visam uma melhor organização das moradias e, conseqüentemente, das formas organizacionais de produção.

[...] Mais nesse sentido assim... Aí depois também não deu certo a Agrovila, porque depois o arquiteto veio, e o arquiteto falou que na medição que o INCRA fez, não respeitou as reservas, tinha marca dentro das reservas... Então, o arquiteto falou "Tem que tirar um lote do assentamento", pode ser... Um lote tem que sair fora... E era bem algum desses lotes aqui que teria que sair, tinha que ser suprimido, na escalação deles... Então deu as propostas: tirar uma quantia bem pequena de cada lote do assentamento, já trouxe uma proposta desde lá... Tirar um pouquinho de cada, respeitando as moradias que já estavam nos lotes nesse período, que já tinha moradia aqui na beira dos lotes... E faria mais um lote, ou então... Ou então, ficaria um impasse... Seria... Aí também na hora de ver quem deixava tirar um pedacinho do deles, tem pessoas também que não quiseram... "*Não... O meu não se mexe*"... Não quis... Mas aí também já é uma combinação do próprio INCRA *pra desorganizar* o movimento. Aí, beleza, como alguns falou "do meu ninguém tira um metro", então a única saída que teve foi transformar o lote da Agrovila em lote de uma pessoa [...] (grifos nossos).

A partir do relato de Rosa, verifica-se que o conflito desestabilizou a organização interna dos assentados. Nesse momento, um grupo de 20 famílias, autodenominados "*Renascer sonho*", já trabalhavam de forma coletiva. Porém, a decisão do INCRA em residir cada um no seu lote esfacelou este grupo, reduzindo a um grupo de 07 famílias, que mais tarde se tornariam 08.

Nesta nova forma de organização coletiva, que contraria as decisões do INCRA, a agrovila surge como uma "ilha de resistência" (Ver anexo III), frente às imposições do Estado. Assim, elementos como parentesco e afinidades, se tornaram imprescindíveis para o entendimento desse novo rearranjo sócio-territorial, tomando a família, a terra e o trabalho, como os princípios da campesinidade (WOORTMANN, 1990).

Desta forma, essas 08 famílias resolveram se agrupar em um único lote, onde atualmente reside um total de 37 pessoas. Destas, 06 famílias obtiveram uma parcela da terra, da qual a Agrovila foi construída em único lote, teve ainda 02 famílias que ficaram na "lista de espera", aguardando um possível lote do INCRA.

A agrovila é composta por membros da família extensa do Sr. José André da Silva, natural de Minas Gerais. É um típico migrante, que passou por vários Estados, sendo natural de Sabinópolis/MG. Desde cedo, quando era

jovem e ainda morava em Minas Gerais, trabalhava como peão em uma fazenda, como meeiro, parceiro, terceiro⁴⁵. Era tido como “arruaceiro”, por ser membro do sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sabinópolis, sua cidade natal. Não demorou muito para ser mandado embora, ficando com esta fama de “arruaceiro”, “bagunceiro”, que “causava (des)ordem”. Com esses adjetivos, começou a ter dificuldade em arrumar trabalho, naquela região, não restando outra saída senão migrar.

Ele nos conta que passou por vários Estados até residir em Sorocaba, quando toma conhecimento do MST, via Sindicato e pastorais da Igreja, onde era membro. Assim nos relatou: “eu estava no serviço e quando cheguei em casa a filha Geralda veio me contar que tinha passado um caminhão anunciando que teria uma reunião no final de semana pra falar de uma ocupação de terra”.

A sua família extensa⁴⁶ é composta por (mulher e dez filhos), oito casados e dois solteiros. Um deles, o Sr. Benedito, o acompanhou nesta “empreitada”. Nas suas palavras: “eu trabalhava na Coca-Cola, mas fui criado a vida toda no sítio com o meu pai, essa era a única oportunidade de nós voltarmos para a terra”.

Na agrovila, residem cinco casados e dois solteiros, sendo que os outros três filhos moram na cidade de Sorocaba. Em 2002, uma filha casou-se com um jovem do assentamento e se mudou para o lote do sogro, ampliando ainda mais a relação de parentesco e de compadrio. Ao todo, eles mobilizam sete lotes no assentamento.

A Figura 20 mostra o período em que os moradores da Agrovila⁴⁷ começaram a erguer suas casas com o fomento do governo federal.⁴⁸ Crédito Habitação em 2001, no valor de R\$ 2.500 um complemento de R\$ 3.000 e, em 2004, mais uma verba via Caixa Econômica Federal de R\$ 8.994 em 2007. Totalizando assim um montante de 14.494 reais.

⁴⁵ Para maiores informações sobre relações não-capitalistas no campo, ver Oliveira (1991).

⁴⁶ Entendemos por família extensa aquela que os indivíduos são ligados por vínculos consangüíneos e de compadrio.

⁴⁷ O anexo III mostra um croqui da agrovila, feito pela assentada e estudante do curso de Agronomia da UFSCAR

⁴⁸ Tanto o fomento quanto o crédito habitação são a fundo perdido.

Apesar da grande valia, o crédito habitação e os fomentos disponibilizados pelo Estado foram analisados da seguinte forma pelos assentados - fizeram duas ressalvas a primeira é que o dinheiro foi liberado por etapas prejudicando assim o andar das obras; o segundo item diz respeito a licitação das lojas de materiais de construção, a abrirem convênio com a Caixa Econômica Federal para liberação das verbas; os valores já não cobriam o valor real dos materiais devido a inflação que adquiriu os mesmos.

Como as verbas só cobriam as mercadorias a serem utilizadas nas construções os assentados utilizaram-se da forma coletiva “trocando dias de serviço” entre os que tinham qualificação para construir, ou seja, pedreiros com aqueles que dispunham apenas da força de trabalho que era utilizado nas lavouras.

Cabe ainda salientarmos que essas relações de “trocas de dias” não se deu apenas na agrovila, mas, na maioria das casas foram erguidas dessa forma.

Figura 20: Agrovila em construção



Foto: SILVA, L.L. (2001).

A decisão em morar em uma Agrovila foi tomada a partir de dois critérios. O primeiro foi de ordem natural. Onde a agrovila foi implantada havia uma “mina d’água” que fornecia água potável para as necessidades básicas das famílias (beber, cozinhar, tomar banho). Portanto, a água foi um critério decisivo para residirem naquele lote, mas não foi o critério fundamental para residirem juntos. A Figura 21 mostra-nos este importante recurso, na formação dessa Agrovila.

Figura 21: Mina d’água abandonada que abastecia a Agrovila.



Foto: AZEVEDO, J.R.N. (2008).

O segundo critério, o mais importante na nossa avaliação, consistiu no fator de ordem política, implantada nos trabalhos de base na trajetória de luta pela terra do MST.

Essa forma comunitária atingiu um estágio de solidez, a partir do momento em que o INCRA determinou que as famílias deveriam morar em seu lote individual, quando, na realidade, essas famílias se opuseram em acatar esta determinação.

É de grande valia indagar duas reflexões: por que o grupo denominado “*Renascer sonho*”, que era composto por 20 famílias, não

permaneceram juntas? Essas famílias não necessitam de água, para a sua subsistência? E uma terceira questão se torna indispensável para a nossa reflexão: por que as famílias da Agrovila não preferiram regressar ao seu lote, a partir do momento que foi implantada uma rede completa de distribuição de água, oriunda de um poço artesiano que atende todo assentamento?

Através das falas dos moradores da Agrovila percebemos que o laço que uniu tanto as 8 famílias num mesmo lote, bem como a não saída dos mesmos após a implantação da rede de água encanada foi o laço de parentesco que possibilitou no trabalho coletivo mesmo que a maioria ficou distante dos seus respectivos lotes..

É neste contexto de indagações, perguntas reflexões, que, discordamos de Martins (2003, p.63), quando afirma:

[...] O comunitário parece estar mais na euforia da festa, do provisório e passageiro do acampamento e da ocupação, cuja história da seleção natural dos iguais, dos que “estão juntos” na busca e nos atos”. Não apenas nessas tensões a viabilidade do comunitário, como construção de identidade, se mostra problemática. Outra referência identitária a memória como documento de uma história pessoal compartilhada, também é esfacelada no próprio processo de migração e desenraizamento que culmina na condição de sem-terra [...]

O comunitário não se manifesta apenas no momento do acampamento, mas também no momento em que legitimam a sua luta pela terra, conquistando o seu lote.

Nesse espectro de análise cabe discernir que a opção de morar isolado em seu lote não se configura enquanto princípio algum de individualidade. Todavia, ele se manifesta, através da ajuda mútua da troca de alimentos, de dias de trabalho, que vão à contramão das regras economicistas impostas pelos ditames do capital.

Essas ações coletivas contraditórias ao capital se manifestam como *solidariedades horizontais*, que se refazem historicamente a partir de um

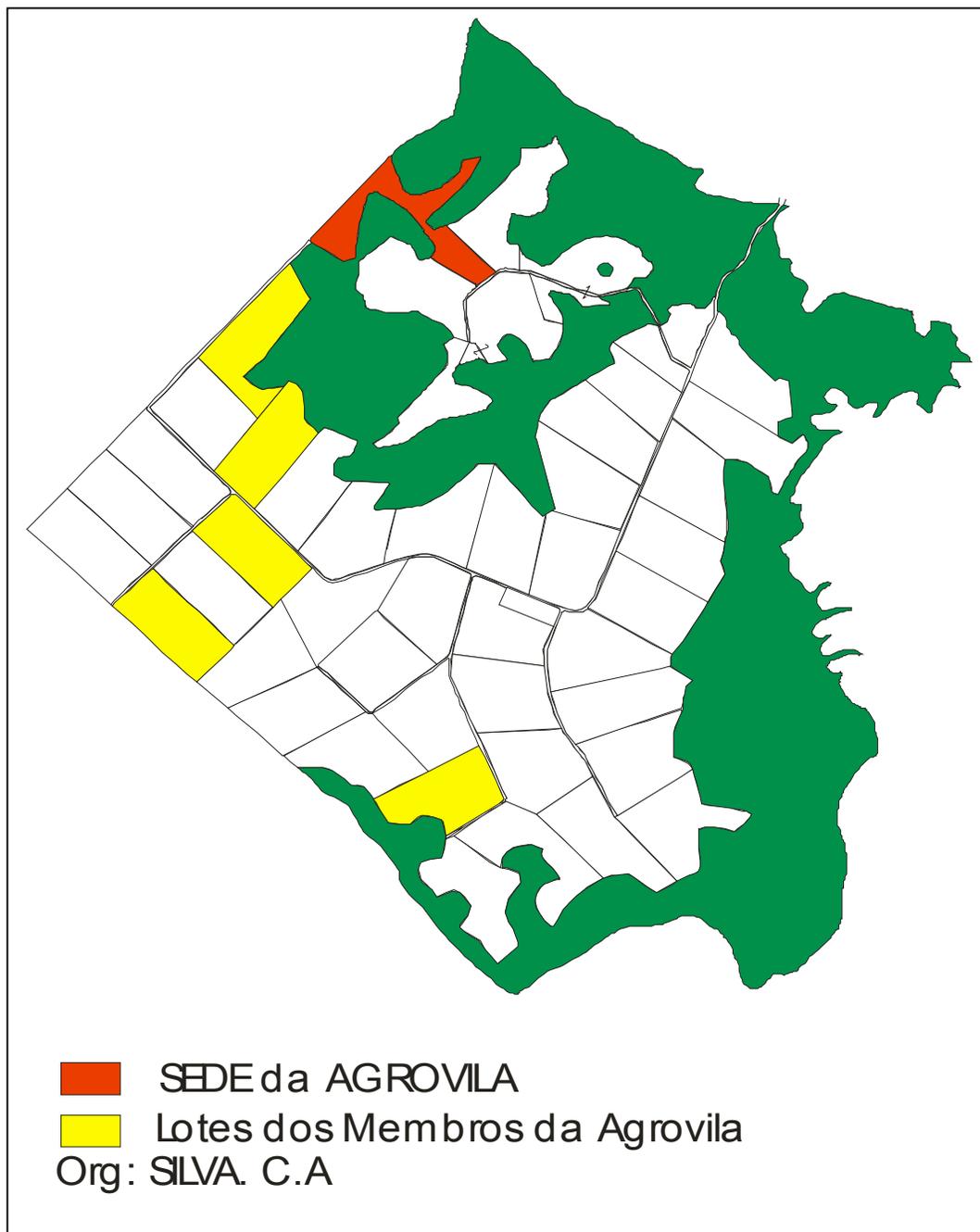
debate interno, se contrapondo às solidariedades verticais⁴⁹ proposta pelo grande capital globalizado (SANTOS, 2008). Configuram-se dessa forma, como verdadeiras *redes*, no seu sentido *stricto sensu*, como nos aponta RAFFESTIN (1993, p. 156):

[...] *Uma rede é um sistema de linhas que desenham tramas. Uma rede pode ser abstrata ou concreta, invisível ou visível. A idéia básica é considerar a rede como algo que assegura a comunicação mas, por natureza, a rede que desenha os limites e as fronteiras não assegura a comunicação [...]* (grifo nosso).

Entenderemos aqui por rede, no sentido abstrato, se configuram numa forma *invisível* de relações sociais que, conforme Raffestin (1993), nos aponta não deixa de ser uma relação de poder. A figura 22 mostra a distribuição dos lotes pertencentes aos membros da Agrovila dentro do assentamento.

⁴⁹ Para melhor compreensão dos princípios coletividade X individualidade, ver a obra de SANTOS (2008).

Figura 22: Territorialização dos Lotes dos membros da Agrovila



Fonte: Trabalho de Campo
Org.: SILVA, C. A. (2008)

De um modo geral, observamos que os assentados do Assentamento Carlos Lamarca apresentam longa trajetória no campo, residindo principalmente em terras de grandes fazendeiros onde residiam e

trabalhavam de empregados nas lavouras. Portanto, sempre houve uma identificação com as atividades rurais, sendo que, o trabalho empregado em tais atividades agropecuárias é familiar, contando em alguns casos com ajuda mútua realizada com outros membros da família, e a orientação técnica é realizada através de representantes do INCRA e ITESP.

Assim, com relação aos custos de produção não há gastos com mão-de-obra externa, e o custeio está também baseado nas eventuais vendas de criação (gado) para custear as despesas de outras atividades.

E, em relação a participação social, existe a inserção em um grupo de trabalho semi-coletivo, além disso, a maioria faz parte do Projeto da CONAB, estando inseridos também na ARDA (Associação Regional de Desenvolvimento Agrário) que está na fase de implantação.

Os projetos da Associação voltados a comunidade foram elaborados pelas famílias associadas e são voltados à agropecuária (para subsistência e comércio). Dentro desta linha, destaca-se a criação de gado leiteiro e a aquisição de maquinários para o cultivo da terra.

Em suma, pode-se concluir que a agrovila é um foco de resistência contra as políticas estatais de divisão e organização dos lotes, tendo em vista que as vontades dos assentados são ignoradas tanto na forma de produzir como na forma de residir.